



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

Ata da 121ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana, Estado da Bahia, referente à 2ª Etapa, do 2º Período, da 19ª Legislatura, realizada no dia 17 de novembro de 2022.

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, à hora regimental, no Plenário da Câmara Municipal de Feira de Santana, situada à Rua Visconde do Rio Branco, 122, nesta cidade, Estado da Bahia, realizou-se a centésima vigésima primeira Sessão Ordinária, referente à segunda Etapa, do segundo Período, da décima nona Legislatura, na qual, à exceção do parlamentar Ronaldo Almeida Caribé, compareceram os vereadores Edvaldo Lima dos Santos, Emerson Costa dos Santos, Eremita Mota de Araújo, Fernando Dantas Torres, Flávio Arruda Morais, Ivamberg dos Santos Lima, Jhonatas Lima Monteiro, José Carneiro Rocha, José da Costa Correia Filho, José Marques de Messias, Josse Paulo Pereira Barbosa, Jurandy da Cruz Carvalho, Luciane Aparecida Silva Brito Vieira, Luiz Augusto de Jesus, Luiz Ferreira Dias, Marcos Antônio dos Santos Lima, Pedro Cícero Marcenio Silva, Petrônio Oliveira Lima, Sílvio de Oliveira Dias e Valdemir da Silva Santos. Amparado pelo Regimento Interno, o vereador Fernando Dantas Torres, Presidente desta Casa, declarou aberta a presente Sessão e solicitou que o vereador Ivamberg dos Santos Lima assumisse a segunda Secretaria, *ad hoc*, para proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi submetida à apreciação plenária e aprovada pela unanimidade dos edis presentes. Em **Pela Ordem**, a vereadora Eremita Mota de Araújo (PSDB) repassou o tempo do seu partido para o edil Josse Paulo Pereira Barbosa (PSC). Em **Pela Ordem**, o vereador Luiz Augusto de Jesus (UB) solicitou que, ao término da presente Sessão, fosse prestado um minuto de silêncio, em homenagem póstuma, ao senhor Robson Ferreira de Almeida, conhecido como “Robinho”, ex-jogador do Fluminense de Feira de Santana e morador do distrito de Matinha. No **Horário das Lideranças Partidárias**, o **vereador Pedro Cícero Marcenio Silva (CDN)** discorreu sobre o resultado das últimas eleições ao relatar que os habitantes do Conjunto Viveiros receberam uma notificação do Governo do Estado, no dia vinte e nove de setembro do ano em curso, acerca de um aumento de cento e cinquenta por cento no valor da conta de água. Registrou que a situação era lamentável e expôs que o referido aumento foi exorbitante ao comentar que o Governo do Estado, ao fazer isto, alterou o valor referente à taxa de esgoto. Destacou que tal medida visava enganar a população, a qual sofria, diariamente, com as ações da administração pública e



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

frisou que as pessoas esqueciam rápido as ações de alguns políticos. Referiu-se ao Deputado Federal José Neto ao declarar que este, enquanto representante do Governo do Estado, deveria visitar o referido conjunto a fim de dialogar com o povo e conhecer as demandas deste. Relatou que o Ministério Público deveria adotar as medidas cabíveis para impedir que a população sofresse com as cobranças indevidas da Embasa. Salientou que os cidadãos feirenses estavam sendo prejudicados com isto e declarou que o aumento da taxa de esgoto ocorreu após o resultado do segundo turno das últimas eleições, o que, para si, era algo inaceitável. Referiu-se aos edis Silvio de Oliveira Dias (PT) e Ivamberg dos Santos Lima (PT) ao dizer que estes deveriam dialogar com o Governo do Estado para impedir o referido aumento, visto que a alteração no valor cobrado pela taxa de esgoto prejudicaria a população. Por fim, comentou que, a partir do ano subsequente, o valor do Auxílio Brasil, que era seiscentos reais, passará a ser quatrocentos reais, o que causará impacto na renda da população carente. Posteriormente, o **edil Edvaldo Lima dos Santos (MDB)** externou que o Governo Municipal declarou, nos últimos meses, que não conseguiria pagar os servidores da área da saúde por falta de recursos, porém, no dia anterior, realizou o pagamento atrasado dos referidos profissionais, fato que foi veiculado no programa do radialista Dilton Coutinho. Afirmou que isto ocorreu mesmo sem a apreciação da proposição relativa à suplementação orçamentária e frisou que o fato de esta ainda não ter sido aprovada nesta Casa era utilizado para justificar o atraso no pagamento dos salários. Questionou, ainda, de onde a Prefeitura Municipal retirou a verba para assegurar o pagamento dos salários dos profissionais mencionados. Em aparte, o vereador José Carneiro Rocha (MDB) salientou que os edis da bancada governista nunca falaram que não havia dinheiro, mas sim que era necessário aprovar a suplementação orçamentária para que a verba fosse realocada. Além disso, disse que as empresas que prestavam serviço ao município precisavam ter lastro financeiro para bancar casos emergenciais. Por fim, questionou se o orador à tribuna estava repudiando o pagamento dos servidores que atuavam na área da saúde. Dando continuidade ao seu pronunciamento, o orador à tribuna disse que estava confirmada a “pedalada” fiscal do Governo Municipal. Elogiou o pagamento dos salários dos citados servidores, mas lembrou que a Prefeitura Municipal, há mais de seis meses, afirmava que estava sem dinheiro, de modo que questionou, novamente, de onde saiu a verba. Em aparte, o parlamentar Marcos Antônio dos Santos Lima (UB), ao corroborar com o discurso do edil José Carneiro Rocha (MDB), afirmou que as empresas que prestavam serviços a este município precisavam ter fundo financeiro para pagar os funcionários por três meses enquanto aguardavam o repasse da Prefeitura Municipal. Ao finalizar seu discurso, o orador à tribuna registrou que o Governo Municipal propagou inverdades ao afirmar que não havia



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

verba para pagar os funcionários que atuavam na área da saúde. Em seguida, o **parlamentar Jurandy da Cruz Carvalho (PL)** salientou que muitas pessoas estavam preocupadas com as questões orçamentárias deste município e registrou que, nos últimos dias, refletiu muito acerca da atuação parlamentar. Oportunamente, o Presidente desta Casa, edil Fernando Dantas Torres, registrou que, após o pronunciamento do orador à tribuna, faria uma reunião e convidou os parlamentares José da Costa Correia Filho (PATRI), Luiz Ferreira Dias (AVANTE), Luiz Augusto de Jesus (UB), José Carneiro Rocha (MDB), Jurandy da Cruz Carvalho (PL), Marcos Antônio dos Santos Lima (UB), Petrônio Oliveira Lima (REP), Valdemir da Silva Santos (PV) e José Marques de Messias (UB) para participarem desta. Por fim, informou que, após o pronunciamento do orador à tribuna, suspenderia a presente Sessão por alguns minutos por conta da referida reunião. Em **Pela Ordem**, o edil Josse Paulo Pereira Barbosa (PSC) questionou se a referida reunião era da bancada governista e informou que o edil Luiz Ferreira Dias (AVANTE) fazia parte do denominado “grupo dos oito”. Em resposta, o Presidente desta Casa disse que apenas faria uma reunião com alguns parlamentares. Dando continuidade ao seu discurso, o vereador Jurandy da Cruz Carvalho (PL) reiterou que, nos últimos dias, teve a oportunidade de refletir sobre o seu mandato e mencionou o programa Acorda Cidade, apresentado pelo radialista Dilton Coutinho, ao registrar que, em alguns programas veiculados nas rádios deste município, a população atribuía a culpa dos problemas que ocorriam em Feira de Santana aos vereadores. Expôs que, enquanto Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização – CFOF, juntamente com os edis José da Costa Correia Filho – Membro e Ronaldo Almeida Caribé – Vice-Presidente, fazia questão de exarar os Pareceres às proposições com celeridade a fim de dar seguimento à tramitação destas. Salientou que a população deveria refletir para não atribuir a culpa àqueles que não eram responsáveis pelos problemas que ocorriam neste município. Registrou que o Governo Municipal deveria se organizar e declarou que, apesar de ser amigo do Prefeito Colbert Martins da Silva Filho, não poderia deixar de expor aquilo que pensava ou acreditava. Afirmou que a Secretaria Municipal de Planejamento, responsável por encaminhar a lei orçamentária para este Parlamento, deveria elaborar a proposição orçamentária referente ao ano subsequente levando em consideração os gastos reais das secretarias municipais. Disse que todas as pessoas aprendiam com o tempo e com a prática e externou que era impossível admitir que a Secretaria Municipal de Saúde, por exemplo, solicitasse cerca de quarenta por cento de suplementação orçamentária quando poderia ter feito a previsão dos gastos anteriormente. Exteriorizou que era necessário planejar um orçamento que fosse coerente com as necessidades das secretarias municipais. Frisou que participou de uma reunião com o



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

Secretário Municipal de Planejamento, Sr. Carlos Alberto Oliveira Brito, e, na oportunidade, expôs sua opinião acerca da suplementação orçamentária. Comentou que a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer fez a previsão de gastar vinte e seis milhões de reais, no entanto, esta Casa recebeu uma lei orçamentária que versava sobre dezesseis milhões de reais para a referida pasta, o que, para si, era uma incongruência. Disse que a equipe responsável pelo planejamento orçamentário deste município deveria se atentar às necessidades reais a fim de encaminhar a esta Casa uma proposição coerente. Salientou que os pedidos de suplementação deveriam solicitar o mínimo possível de orçamento e relatou que era contrário à solicitação de realocação da verba referente aos precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef. Por fim, disse que dialogou com a Secretária Municipal de Educação, Sra. Anaci Paim, bem como com o Prefeito Municipal acerca do assunto e registrou que sempre votaria a favor do povo. Oportunamente, o Presidente desta Casa, edil Fernando Dantas Torres, registrou que o edil José Carneiro Rocha (MDB) faria uso da palavra em seguida e comentou que, caso outro parlamentar desejasse, poderia fazer o mesmo antes da suspensão da presente Sessão Ordinária por alguns minutos. Na sequência, o vereador Jhonatas Lima Monteiro (PSOL) disse que gostaria de se pronunciar no Horário das Lideranças Partidárias e sugeriu que o Grande Expediente da presente Sessão fosse suprimido para, deste modo, ocorrer a referida reunião. Em resposta, o Presidente desta Casa disse que manteria a suspensão da presente Sessão após o pronunciamento do edil José Carneiro Rocha (MDB), no entanto, se algum vereador também desejasse, poderia fazer uso da palavra antes da referida reunião. Logo após, o **vereador José Carneiro Rocha (MDB)**, em tempo cedido pelo edil Petrônio Oliveira Lima (REP), informou que, na semana anterior, a imprensa veiculou uma denúncia contra a Secretária Municipal de Saúde, Sra. Fernanda Botto, e expôs que, anteriormente, o edil Emerson Costa dos Santos (DC) também se pronunciou acerca do fato. Destacou que a denúncia apontava que a referida secretária recebeu valores referentes ao programa Bolsa Família, além do Auxílio Emergencial. Referiu-se ao parlamentar Jhonatas Lima Monteiro (PSOL) ao registrar que, ao longo da vida, diversas pessoas enfrentavam dificuldades. Expôs que, quando passou a residir em Feira de Santana, morou em um barraco de lona, no entanto, apesar das lutas, sobreviveu a tudo sem jamais ter se envolvido em situações que desabonassem sua conduta. Relatou que a secretária mencionada, no ano de dois mil e dezoito, estava desempregada, separada e cuidava do filho sozinha, de modo que tinha o direito legal de se inscrever em programas de auxílio. Relembrou que, na época, eram concedidos valores simbólicos. Disse que, no ano seguinte, a referida secretária,



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

devidamente empregada, recebeu valores referentes ao Auxílio Brasil, os quais eram destinados a chefes de família que cuidavam dos filhos sem contar com o auxílio de um cônjuge. Relatou que a supracitada secretária era mãe de uma criança autista e apenas ela sabia o que enfrentava. Externou que, antes de se fazer uma denúncia, era necessário buscar as devidas informações para evitar que injustiças fossem cometidas. Afirmou que, de fato, a secretária Fernanda Botto recebeu valores relativos ao Auxílio Emergencial, no entanto, não os solicitou e, ao constatar o recebimento, teve a hombridade de procurar as agências do Banco do Brasil, no ano de dois mil e vinte, para realizar a devolução de todos os valores depositados pela instituição. Lamentou o fato de uma informação inverídica ter sido transmitida ao vereador Emerson Costa dos Santos (DC), uma vez que, a partir da denúncia deste, grande parte da imprensa deu uma conotação imprópria ao caso, de modo que a secretária supracitada passou a sofrer consequências injustas. Disse que esta cumpriu seu papel de cidadã, pois, a partir do momento em que constatou o recebimento dos valores, os devolveu ao erário público. Ao finalizar seu pronunciamento, reiterou que a secretária supracitada foi injustiçada. Durante o pronunciamento do orador à tribuna, o primeiro Vice-Presidente desta Casa, edil Sílvio de Oliveira Dias, assumiu o comando da Mesa Diretiva. Posteriormente, o **parlamentar Jhonatas Lima Monteiro (PSOL)** discorreu sobre o Programa Arte de Viver, o qual visava proporcionar formação em arte e cultura para a população feirense, e considerou esta iniciativa do Governo Municipal louvável. Destacou que, no entanto, esta não foi conduzida de forma eficaz, pois houve um edital de seleção simplificada, publicado no Diário Oficial Eletrônico deste município, no dia vinte e seis de março do ano em curso, a partir do qual inúmeros profissionais da área de cultura realizaram a inscrição. Afirmou que, no dia dezenove de julho, os aprovados foram convocados para entregar a documentação e arcaram com os custos burocráticos, porém, depois de todos os trâmites, as pessoas descobriram, de modo informal, que a referida seleção seria anulada, o que foi confirmado quando, no dia doze de novembro, saiu a publicação do termo de anulação no Diário Oficial. Opinou que os artistas e profissionais da cultura deste município foram enganados ao deixarem seus compromissos e possibilidades de trabalho, visto que uma das exigências do referido edital era ter disponibilidade para as atividades do Programa Arte de Viver. Externou que o Termo de Anulação da seleção supracitada não apresentava justificativas cabíveis a não ser a alegação de vícios insanáveis. Indagou o motivo pelo qual a Fundação Egberto Costa só percebeu que havia tais vícios depois de todas as etapas da seleção e informou que questionaria quais foram estes. Disse que apresentou um Requerimento, o qual ainda não foi apreciado nesta Casa, para solicitar informações acerca da suposta revogação e registrou que, após a



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

confirmação desta, exigirá a exposição pública dos atos da administração, pois, para si, esta tratou com desrespeito os artistas que sofreram durante a pandemia. Por fim, comentou que o Poder Executivo não disponibilizou qualquer auxílio para amparar a referida categoria e, atualmente, quando estes tentavam se reerguer, eram enganados pela Fundação Egberto Costa, pelo Governo Municipal e pelo Prefeito Colbert Martins da Silva Filho. Em **Pela Ordem**, o edil Josse Paulo Pereira Barbosa (PSC) destacou que havia desorganização no andamento dos trabalhos legislativos e questionou se todos os parlamentares inscritos no Horário das Lideranças Partidárias fariam uso da palavra. Por fim, salientou que tinha o dinheiro de fazer o seu discurso. Neste momento, o primeiro Vice-Presidente deste Legislativo, edil Silvio de Oliveira Dias, registrou que, conforme solicitação do Presidente desta Casa, vereador Fernando Dantas Torres, a presente Sessão seria suspensa por alguns minutos. Reaberta a presente Sessão, o Presidente deste Legislativo, parlamentar Fernando Dantas Torres, no comando dos trabalhos legislativos, realizou chamada nominal, momento no qual contactou-se as ausências dos vereadores Jurandy da Cruz Carvalho (PL), Marcos Antônio dos Santos Lima (UB) e Ronaldo Almeida Caribé (MDB). Vale registrar que, posteriormente, os edis Jurandy da Cruz Carvalho (PL) e Marcos Antônio dos Santos Lima (UB) retornaram ao Plenário. Em seguida, o **edil Luiz Augusto de Jesus (UB e Liderança do Governo)** informou que, no próximo fim de semana, acontecerá a Cavalgada do distrito de Tiquaruçu, na comunidade Socorro, e registrou que o evento ocorria há cinquenta e um anos e era organizado pelo Presidente Jaime e várias pessoas da localidade. Comunicou que, no próximo domingo, ocorrerá uma festa para as crianças da Comunidade São Domingos, no distrito de Jaíba, assim como haverá um evento no bairro Viveiros sobre a Consciência Negra, o qual será realizado por várias lideranças da região. Logo após, disse que elaborou algumas Indicações para solicitar a pavimentação de ruas nas localidades Mangabeira, Santo Antônio dos Prazeres e Mantiba e afirmou que as benfeitorias deveriam ser realizadas através dos recursos destinados pelo Deputado Federal José Nunes. Disse acreditar que o supracitado deputado e o futuro Deputado Federal Gabriel Nunes disponibilizarão recursos de emendas parlamentares para atender às demandas dos bairros e distritos de Feira de Santana. Afirmou que continuaria apresentando Indicações à Prefeitura Municipal, bem como seguiria trabalhando em diferentes bairros deste município para beneficiar o povo. Lembrou que o Deputado Federal José Nunes, há doze anos, destinava emendas parlamentares para assegurar melhorias aos bairros Conceição, Santo Antônio dos Prazeres e Alto do Papagaio, bem como aos distritos Jaíba, Matinha, Tiquaruçu e Ipuacu. Salientou esperar que o futuro Deputado Federal Gabriel Nunes continuasse com este trabalho a fim de também beneficiar os locais que precisavam de poços artesianos e de





*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

tubos para fornecimento de água encanada. Frisou que o referido político terá um futuro promissor e registrou que este obteve cerca de cento e quarenta mil votos no último pleito eleitoral. Destacou que, nas últimas eleições, obteve quase nove mil votos para deputado estadual e agradeceu a todos os seus eleitores pelo reconhecimento ao comentar que concorreu ao cargo por várias vezes e quase teve êxito quando fazia parte do Partido Ecológico Nacional (PEN). Expôs que, no entanto, acreditava que tudo acontecia no momento que Deus desejava e afirmou que não sabia se concorreria novamente para o cargo de deputado estadual, mas ressaltou que tentaria a reeleição para vereador. Por fim, solicitou que seus pares destinassem voto favorável à suplementação orçamentária para atender às demandas das secretarias municipais, do Hospital da Mulher e das superintendências que, atualmente, enfrentavam dificuldades devido à falta de recursos. Em **Pela Ordem**, o vereador Jhonatas Lima Monteiro (PSOL) registrou que os membros da Comissão de Educação e Cultura estiveram na Secretaria Municipal de Educação e, na oportunidade, a Secretária Anaci Bispo Paim afirmou que enviaria para esta Casa o Projeto de Lei Ordinária que regulamentava o pagamento dos precatórios do Fundef. Enunciou que, entretanto, a proposição enviada apenas reduziu o valor de oitenta milhões para trinta e um milhões, os quais seriam retirados dos cento e quarenta milhões de reais dos referidos precatórios. Por fim, teceu comentários críticos ao Governo Municipal. Logo após, o **parlamentar Josse Paulo Pereira Barbosa (PSC)** comentou que era oriundo do distrito de Jaguará, trabalhador da zona rural e filho do saudoso Otávio Barbosa e da Sra. Angelina Pereira Barbosa. Afirmou que sempre honrou os ensinamentos destes e, pela honra e glória de Deus, andava de cabeça erguida. Disse que, atualmente, vivia-se um momento ímpar neste município, pois o Prefeito Colbert Martins da Silva Filho fez uso de todo o valor referente ao orçamento, o qual correspondia a um bilhão e seiscentos milhões de reais, sem qualquer explicação. Afirmou que, em seus discursos, sempre combatia as “falcatruas” cometidas pela atual gestão pública municipal e relatou que, neste dia, o Prefeito Municipal encaminhou para esta Câmara, injustamente, um pedido de suplementação orçamentária. Lembrou que o atual Chefe do Executivo Municipal extinguiu todos os eventos comemorativos que eram tradicionais nesta cidade, além das festas características da zona rural. Registrou, ainda, que o Prefeito Colbert Martins da Silva Filho manteve as portas da Biblioteca Municipal fechadas, desconfigurou o centro da cidade e acabou com as cavalgadas, as missas de vaqueiro e demais festas religiosas. Afirmou que esta Casa Legislativa era composta por homens e mulheres de bem que jamais se submeteriam à corrupção. Lembrou que os professores da rede municipal seguiam sem receber seus salários, o que evidenciava que o Poder Executivo não exercia uma gestão confiável.



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

Questionou o que a Prefeitura Municipal fez com cerca de um bilhão e oitocentos milhões de reais relativos ao orçamento, os quais deveriam ser utilizados até o mês de dezembro do ano em curso. Indagou, ainda, onde foram empregados os dez por cento relativos a cerca de cento e noventa milhões de reais acrescentados aos gastos do Governo Municipal. Disse que era difícil esta Casa legislar sem o devido conhecimento acerca das demandas orçamentárias. Salientou que os parlamentares não tinham qualquer desavença com o Chefe do Poder Executivo, o que podia ser comprovado após a aprovação do Dr. Antônio Augusto Graça Leal ao cargo de Procurador Geral do Município. Elencou problemas enfrentados pelos diversos setores deste município, os quais, para si, inviabilizavam os repasses de verba solicitados pelo Poder Executivo. Ao concluir seu pronunciamento, declarou que, enquanto dispusesse de um mandato, faria o possível para atender aos interesses e às necessidades do povo. Na sequência, o Presidente desta Casa, edil Fernando Dantas Torres, suspendeu a presente Sessão por alguns minutos para conceder a palavra ao ex-vereador José Menezes Santa Rosa, Presidente da Associação Comunitária dos Feirantes do Conjunto Habitacional João Durval Carneiro, Feira X, o qual, na oportunidade, solicitou que os vereadores destinassem verbas de subvenção para a referida associação. Por fim, agradeceu, antecipadamente, aos parlamentares que porventura destinassem recursos para a associação mencionada. Reaberta a presente Sessão, dando início à **Ordem do Dia**, o Presidente desta Casa solicitou da segunda Secretária, vereadora Eremita Mota de Araújo, a leitura das matérias previamente constantes para o **Expediente** do dia, que vão a seguir: <**Projeto de Lei Complementar** n/nº 007/2022, de iniciativa do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a criação da Superintendência Municipal de Televisão e Rádio – STR, para atuar no âmbito do Município de Feira de Santana, e dá outras providências”. **Projetos de Lei Ordinária** n/nºs 101 e 102/2022, ambos de autoria do Poder Executivo, que, na devida ordem, “Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, na forma que indica, e dá outras providências” e “Altera disposições da Lei nº 3.938, de 30 de maio de 2019, que autoriza doação de área de terra do Município e dá outras providências”. **Projeto de Decreto Legislativo** nº 050/2022, de lavra do parlamentar Ivamberg dos Santos Lima, que “Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadã Feirense à Professora Doutora Nacelice Barbosa Freitas, e dá outras providências”. **Pareceres** nºs 068 e 069/2022, ambos exarados pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização – CFOF, opinando, respectivamente, pelo deferimento dos Projetos de Lei nºs 085 e 090/2022, ambos de autoria do Poder Executivo. **Requerimentos** nºs 252 e 253/2022, respectivamente, de lavra dos edis Josse Paulo Pereira Barbosa e Edvaldo Lima dos Santos. **Indicações** nºs 1.365 a 1.370/2022, de autoria dos vereadores José da Costa Correia Filho, Luciane Aparecida Silva Brito Vieira e





*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

Flávio Arruda Moraes. **Moção** nº 073/2022, de iniciativa do edil José Carneiro Rocha. **Correspondências:** Memorando nº 023/2022, datado de 04 de novembro do ano em curso e assinado pelo vereador José da Costa Correia Filho, informando que, por motivo de saúde, ausentou-se dos trabalhos desta Casa nos dias 01 e 02 de novembro, conforme atestado médico, em anexo, assinado pelo Dr. Gileno dos Santos Cerqueira Júnior – CREMEB 34.738. Ofício nº 231/2022, datado de 16 de novembro do ano em curso e assinado pelo Prefeito Municipal Colbert Martins da Silva Filho, solicitando a substituição do Projeto de Lei nº 019, de 15 de setembro de 2022, que “Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na forma que indica, e dá outras providências” pelo Projeto de Lei nº 027, de 16 de novembro de 2022. Atestado Médico datado de 14 de novembro do ano em curso e assinado pelo Dr. Luan Oliveira Barbosa, CRM-BA 29435, informando que o vereador Ronaldo Almeida Caribé foi examinado no Hospital Ortopédico e necessita de quinze dias de afastamento por motivo de doença>. Em **Pela Ordem**, o vereador José Carneiro Rocha, em nome do Líder do Governo nesta Casa, parlamentar Luiz Augusto de Jesus, revelou que, no dia anterior, durante uma reunião com todos os vereadores, ficou acordado que os Projetos de Lei Ordinária, de autoria do Poder Executivo Municipal, que versavam sobre a suplementação orçamentaria seriam adiados de pauta na presente Sessão para serem apreciados na Ordem do Dia da próxima terça-feira. Por fim, acrescentou que o acordo foi articulado com o edil Jhonatas Lima Monteiro. Em **Pela Ordem**, o vereador Edvaldo Lima dos Santos frisou que não ficou sabendo do citado acordo. Em **Pela Ordem**, o edil José Carneiro Rocha lembrou ao vereador Edvaldo Lima dos Santos que a solicitação de retirada ou adiamento de pauta dos projetos de iniciativa do Governo Municipal era prerrogativa do Líder do Governo nesta Casa. Oportunamente, o Presidente deste Legislativo, edil Fernando Dantas Torres, sinalizou que os acordos deveriam ser avaliados em conjunto para não transparecer desavenças. Em **Pela Ordem**, o parlamentar José Carneiro Rocha revelou que, em conversa com a diretora da zona sertaneja da Associação dos Professores Licenciados do Brasil – APLB, professora Marlede Oliveira, assegurou que não seriam apreciadas nesta Casa matérias que não resguardassem os profissionais da educação. Em seguida, o Presidente deste Legislativo mencionou a disposição dos vereadores da bancada governista de assegurar os direitos dos profissionais da área mencionada e, logo após, registrou que funcionários da área da saúde seguiam sem receber seus salários. Por fim, defendeu a proposta de apreciar, ainda esta semana, os projetos que versavam sobre a suplementação orçamentária. Em **Pela Ordem**, o vereador Flávio Arruda Moraes declarou que estava sendo pressionado e registrou que editaram um vídeo antigo seu, no qual lhe colocaram como contrário à suplementação orçamentária. Por fim, relatou



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

que precisou gravar um depoimento para esclarecer o seu verdadeiro posicionamento. Em **Pela Ordem**, o vereador Luiz Ferreira Dias adiantou que destinaria voto favorável aos projetos de suplementação orçamentária ao frisar que diversos trabalhadores seguiam sem receber seus salários. Em **Pela Ordem**, a vereadora Luciane Aparecida Silva Brito Vieira disse que não era contra a aprovação dos referidos projetos, entretanto, cobrou do Governo Municipal, através das secretarias municipais, o envio dos relatórios solicitados aos secretários que estiveram presentes na Comissão Geral realizada nesta Casa. Ao concluir, assinalou que apenas destinaria voto favorável às proposições relativas à suplementação orçamentária se os relatórios mencionados fossem apresentados. Oportunamente, o Presidente desta Casa registrou que deveria haver celeridade na apreciação das proposições relativas à suplementação orçamentária e salientou que cada vereador deveria se posicionar de acordo com aquilo que acreditava, pois o impasse estava sendo traduzido como se houvesse interesses na postergação da votação. Por fim, reiterou que o atraso dos salários dos servidores que atuavam na área da saúde deste município era amplamente veiculado nos meios de comunicação. Em **Pela Ordem**, o vereador Jhonatas Lima Monteiro assegurou que desejava que o problema das suplementações orçamentárias fosse resolvido da melhor maneira possível. Destacou que, no entanto, o Poder Executivo deveria agir com seriedade e declarou que, até o presente momento, os relatórios solicitados aos secretários municipais durante a Comissão Geral não foram encaminhados a esta Casa. Registrou que cada solicitação deveria ser analisada separadamente e acrescentou que averiguou todos os casos ao afirmar que nenhum destes dizia respeito à questão salarial, de modo que a mídia feirense não deveria atribuir a culpa dos problemas que ocorriam em Feira de Santana a este Parlamento. Declarou que defendia a celeridade na apreciação dos projetos relativos à suplementação orçamentária, pois, deste modo, ficaria comprovado que o atraso no pagamento dos salários dos profissionais da área da saúde ocorria devido à incompetência do Governo Municipal. Por fim, salientou que os vereadores deveriam se debruçar na análise da Lei Orçamentária do ano subsequente. Em **Pela Ordem**, o vereador Pedro Cícero Marcenio Silva frisou que destinaria voto favorável aos projetos que versavam sobre a suplementação orçamentária e registrou que sempre lutaria para preservar os direitos dos docentes. Em **Pela Ordem**, o vereador Ivamberg dos Santos Lima observou que o Projeto de Lei que versava sobre a suplementação orçamentária para o Hospital da Mulher foi lido durante o Expediente da presente Sessão, de modo que os Pareceres ainda não tinham sido exarados pelas comissões competentes. Na sequência, o Presidente desta Casa, edil Fernando Dantas Torres, argumentou que os pareceres poderiam ser exarados de forma verbal caso os membros das comissões assim desejassem. Em **Pela Ordem**, o edil Pedro



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

Cícero Marcenio Silva disse que alguns parlamentares queriam “empurrar pela garganta” os projetos que solicitavam suplementação orçamentária. Em **Pela Ordem**, os vereadores Flávio Arruda Morais e Luiz Ferreira Dias afirmaram que o atraso no pagamento dos salários dos servidores municipais era inaceitável e, por isso, destinariam voto favorável às proposições referentes à suplementação orçamentária. Em **Pela Ordem**, o vereador José Carneiro Rocha revelou que a Presidente da Fundação Hospitalar de Feira de Santana, Sra. Gilberte Lucas, lhe informou que, neste fim de semana, faltaria alimentação para as parturientes que se encontravam no Hospital da Mulher. Posteriormente, o Presidente desta Casa, edil Fernando Dantas Torres, submeteu à apreciação plenária, **em primeira discussão e em caráter de urgência, o Projeto de Lei Ordinária n/nº 096/2022**, de autoria do Poder Executivo Municipal, com Parecer favorável exarado pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização – CFOF e Parecer opinando pela devolução da proposição exarado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR. Em **Pela Ordem**, o vereador Edvaldo Lima dos Santos teceu breves comentários acerca do parecer exarado pela CCJR. Na sequência, o Presidente deste Legislativo, edil Fernando Dantas Torres, argumentou que o Plenário deliberaria sobre o referido parecer. Em **Pela Ordem**, o vereador Marcos Antônio dos Santos Lima frisou que os vereadores poderiam rejeitar o exarado pela CCJR. Em **Pela Ordem**, o edil Josse Paulo Pereira Barbosa apresentou emenda ao Projeto de Lei Ordinária n/nº 096/2022. Em **Pela Ordem**, o vereador Jhonatas Lima Monteiro destacou que os parlamentares deveriam analisar, com bom senso, a situação do projeto supracitado, pois este, originalmente, solicitava vinte e seis milhões de reais de suplementação orçamentária. Registrou que, no entanto, após diálogo com os membros da Comissão de Saúde, Assistência Social e Desporto, a Presidente da Fundação Hospitalar de Feira de Santana, Sra. Gilberte Lucas, encaminhou Ofício a esta Casa Legislativa para informar que era possível aceitar o repasse de nove milhões de reais. Por isso, solicitou o adiamento de pauta da referida proposição. Em **Pela Ordem**, o vereador Marcos Antônio dos Santos Lima argumentou que a matéria supracitada deveria ser apreciada na presente Sessão para evitar sofrimento à população feirense, em especial os recém-nascidos do Hospital da Mulher. Em **Pela Ordem**, o vereador Luiz Augusto de Jesus disse que a Presidente da Fundação Hospitalar de Feira de Santana solicitou quinze milhões de reais para operar o Hospital da Mulher até o mês de janeiro do próximo ano. Em **Pela Ordem**, o vereador Ivamberg dos Santos Lima defendeu a apreciação do projeto mencionado com as alterações indicadas pela Presidente da Fundação Hospitalar de Feira de Santana, Sra. Gilberte Lucas. Em **Pela Ordem**, o vereador Edvaldo Lima dos Santos disse que o edil Luiz Augusto de Jesus estava blefando, pois a proposição mencionada por



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

este versava sobre verbas para o mês de janeiro, o que deveria estar previsto na lei orçamentária do ano de dois mil e vinte e três. Oportunamente, o Presidente desta Casa registrou que os vereadores deveriam esquecer o que foi dito pelo edil Luiz Augusto de Jesus e se concentrar no sofrimento das pessoas que concediam entrevistas nos meios de comunicação e responsabilizavam esta Casa pelo atraso no pagamento de seus salários. Em **Pela Ordem**, o edil Josse Paulo Pereira Barbosa relatou que, após diálogo com outros parlamentares, ficou acordado que estes destinariam voto favorável à proposta de remanejamento de verba, no valor de quinze milhões de reais, para o Hospital da Mulher. Em **Pela Ordem**, o vereador José Carneiro Rocha propôs que o edil Josse Paulo Pereira Barbosa retirasse de pauta a emenda apresentada ao Projeto de Lei Ordinária n/nº 096/2022. Por fim, informou que solicitaria adiamento de pauta da referida matéria por uma Sessão. Em seguida, o Presidente desta Casa teceu comentários críticos à emenda apresentada pelo parlamentar Josse Paulo Pereira Barbosa. Em **Pela Ordem**, o parlamentar Josse Paulo Pereira Barbosa disse que sempre respeitou todos os posicionamentos do Presidente desta Casa, edil Fernando Dantas Torres, e afirmou que a sua emenda era democrática e fazia parte do processo legislativo. Por fim, salientou que, apesar disto, retiraria a referida emenda de pauta e frisou que, na próxima terça-feira, destinará voto favorável à suplementação no valor de cinco milhões de reais para a Superintendência Municipal de Operação e Manutenção (Soma). Oportunamente, o Presidente deste Legislativo, edil Fernando Dantas Torres, afirmou que compreendia a boa vontade do vereador José Carneiro Rocha, no entanto, se o Projeto de Lei Ordinária n/nº 096/2022 não fosse apreciado na presente Sessão, haveria a possibilidade de, na próxima terça-feira, o parlamentar Josse Paulo Pereira Barbosa apresentar a mesma emenda. Em **Pela Ordem**, o vereador Pedro Cícero Marcenio Silva disse que apenas destinaria seu voto às proposições relativas à suplementação orçamentária se as secretarias municipais apresentassem os relatórios requeridos durante a Comissão Geral. Em **Questão de Ordem**, o edil Jurandy da Cruz Carvalho apelou para que os vereadores deixassem de lado a disputa por poder para pensar nas pessoas que necessitavam das políticas públicas. Em **Pela Ordem**, o vereador Marcos Antônio dos Santos Lima informou ao parlamentar Pedro Cícero Marcenio Silva que o relatório referente ao pedido de suplementação de verba da Fundação Hospitalar de Feira de Santana estava com os membros da Comissão de Saúde, Assistência Social e Desporto. Logo após, o Presidente deste Legislativo, parlamentar Fernando Dantas Torres, registrou que os vereadores poderiam apresentar emendas ao Projeto de Lei Ordinária n/nº 096/2022 até o dia 18 de novembro do ano em curso. Lembrou que, como a matéria estava em regime de urgência, as comissões tinham um prazo de cinco dias para exarar os



*Feira de Santana*  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**Casa da Cidadania**

pareceres. Sendo assim, após deliberação plenária, o Projeto de Lei n/nº 096/2022 foi adiado de pauta por uma Sessão>. Nada mais havendo por tratar, o Presidente desta Casa, edil Fernando Dantas Torres, declarou encerrada a presente Sessão, às onze horas e dezenove minutos, sendo convocada outra para a próxima terça-feira, dia vinte e dois de novembro do ano em curso, à hora regimental, com a seguinte **pauta**: <matérias aptas à apreciação>. Para constar, eu, Dayana Jones Nascimento de Jesus Fontes, Redatora de Debates desta Casa, lavrei a presente Ata, que segue à apreciação plenária, na forma regimental.